

PROJETO DE LEI Nº001 DE 26 JANEIRO DE 2021.

(Dispõe sobre autorização para celebrar Termo de Convênios e/ou Contratos e Aditivos com Estabelecimento de Crédito e dá outras providências).

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Convênios e/ou Contratos e Aditivos com estabelecimento de créditos objetivando a prestação de serviços destinada ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação de tributos oriundos da Prefeitura Municipal de Dolcinópolis.

Parágrafo único – Para fins de aplicação do caput do artigo 1º, autoriza os estabelecimentos de créditos a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com prestação de contas conforme será fixado no Termo de Convênio e/ou Termos Aditivos com o estabelecimento de crédito.

Art. 2º - Para fins de celebração de Termo de Convênios e/ou Contratos e Termos Aditivos, o município fará cotação de preços com Estabelecimentos de Créditos radicado em Dolcinópolis, bem como outros da região, buscando aferir o menor preço a ser cobrado por autenticação dos tributos.

Parágrafo Único – Caso o menor preço que for ofertado ser originário de Estabelecimento de Crédito de outra localidade, deverá se comprometer em instalar um Posto de Atendimento no Município, para comodidade de contribuintes.

Art. 3º - Pela prestação de serviços de arrecadação objeto das avencas, o Município fará a emissão dos tributos com código de barra, para que a prestação de serviços tenha respectiva eficácia.

Parágrafo Único – O Estabelecimento de Crédito para celebrar o Termo de Convênio e/ou Contrato e Termos Aditivos, deverá apresentar o valor da tarifa, com as seguintes informações:

- I – Tarifa por documento recebido no Guichê;
- II- Por documento recebido noutro estabelecimento da mesma rede;
- III - Por documento recebido por Internet do Banco;
- IV – Por documento recebido no Autoatendimento;

V – Por registro, na disponibilização de arquivo retorno;

VI – por documento recebido no correspondente do Contratado.

Art. 4º - O Termo de Convênio e/ou Contrato e Termo Aditivo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser rescindido a qualquer tempo por quaisquer das partes, sem que tenham direito a indenizações e/ou composições, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Único – Em caso de renovação do Termo de Convênio e/ou Contrato e Termo Aditivo, o valor das tarifas especificadas no artigo 2º desta Lei, serão atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice que vier substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

Art. 5º - As despesas decorrentes com a execução dessa lei correrão a conta de dotação própria e suplementadas se necessário.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo, por Decreto, poderá adequar algumas situações que não estão explícitas na presente lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Dolcinópolis, 26 de janeiro de 2021.

AMÉRICO RIBEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente e Nobres Edis

Estamos encaminhando a essa Augusta Casas de Leis, Projeto disposto para autorização para celebrar convênios e/ou contratos aditivos com estabelecimentos de créditos, objetivando a prestação de serviços destinadas ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação de tributos da Prefeitura Municipal.

A iniciativa do presente Projeto de Lei, se deve ao fato de ser exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que tem questionado a cerca do recebimento de tributos em espécie na Tesouraria da municipalidade.

Com essa autorização, o município realizará Chamada Publica, para contratar o estabelecimento de credito que melhor atender as necessidades inerentes aos serviços a serem prestados.

Por outro lado, a contratação de estabelecimento de créditos para recebimento de tributos, será segurança para a Prefeitura Municipal, pois não ficará com dinheiro em caixa para efetuar pagamento de despesas.

Também, o presente Projeto de Lei, busca atender as necessidades do município, pois a partir do momento em que os tributos serão recolhidos no estabelecimento de credito, obviamente deixará o tesoureiro em uma situação confortável em que tange o dinheiro público.

Ademais, insta ressaltar, que haverá facilidade aos contribuintes, pois recebendo as guias de imposto de tributos no setor de lançamento, levará ao estabelecimento de credito para o recolhimento, evitando que fique na espera atendimento na municipalidade.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei seja apreciado e aprovado favoravelmente, apresento protestos de elevada estima e consideração.

AMERICO RIBEIRO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Ao Ilmo. Sr.

PEDRO SANCHES STEFANIN

Presidente da Câmara Municipal e Vereadores

Nesta.

